

O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO: DO GOVERNO TEMER A BOLSONARO

Eder Souto Batista¹
Jaqueline dos Santos Ferreira²
Edilekson Silva de Carvalho³

Resumo

O presente trabalho busca identificar e debater os desmontes das políticas públicas no campo do Brasil entre os governos Michel Temer (2016-2017) e Jair Bolsonaro (2018-2022), tendo como questão norteadora analisar como os governos citados se utilizaram do Estado para darem pujança a agricultura capitalista, enfraquecerem e perseguirem a agricultura familiar, camponesa, os movimentos sociais, os povos das águas e das florestas. Trazendo como objetivo identificar quais marcos centrais dessas políticas de desmonte. As quais resultaram em um grande retrocesso no campo, diminuição da produção de alimentos de base, conflitos e mortes. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário é um marco de ruptura com as políticas públicas para o campo nos recentes governos fascistas, o cenário de violência no campo é assustador, a Comissão Pastoral da Terra revelou um aumento de 26%. O INCRA registrou retrocessos na política de assentamentos rurais, o enfraquecimento da agricultura familiar, se expressa como resultado de uma gestão da morte, além do apoio massivo da mídia conjuntamente à ruralista que apaga do debate público os diálogos sobre a Reforma Agrária com a crescente violência, a concentração de terras e o avanço do agronegócio.

Palavras-chave: Questão Agrária; Movimentos Sociais do Campo; Políticas Públicas Desmontes; Agronegócio.

Abstract

This paper seeks to identify and debate the dismantling of public policies in rural Brazil between the Michel Temer (2016-2017) and Jair Bolsonaro (2018-2022) governments, analyzing how these governments have used the state to boost capitalist agriculture, weaken and persecute family and peasant farming, social movements, water and forest peoples. The aim is to identify the central milestones of these dismantling policies. These have resulted in a major setback in the countryside, a reduction in basic food production, conflicts and deaths. The extinction of the Ministry of Agrarian Development is a milestone in the rupture with public policies for the countryside in recent fascist governments. The scenario of violence in the countryside is frightening, with the Pastoral Land Commission revealing an increase of 26%. INCRA has recorded setbacks in rural settlement policy, the weakening of family farming is expressed as the result of a management of death, in addition to the massive support of the media together with the ruralists who erase from the public debate the dialogues on Agrarian Reform with the growing violence, the concentration of land and the advance of agribusiness.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS);
E-mail: ederestudante@gmail.com;

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: jaqueline.doss.ferreira@gmail.com;

³ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade de Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: leksonfla10@gmail.com.

Keywords: Agrarian Question; Rural Social Movements; Dismantling Public Policies; Agribusiness.

INTRODUÇÃO

A forma que o capitalismo se apresenta para dar continuidade a sua expansão no século XXI é o neoliberalismo, nele se fortalece o capital financeiro, o empreendedorismo, a competitividade, o individualismo, a precariedade, destruição dos direitos humanos, desterritorialização de comunidades tradicionais do campo, dentre outros fatores (Alentejano, 2020). É nesse cenário que Michel Temer assume a cadeira presidencial, após um golpe de Estado, onde para a burguesia não fazia mais sentido ter uma presidenta que “beneficiasse” minimamente a população, em especial os povos do campo, das águas e florestas.

Entrando em vigor um governo neoliberal, que institucionaliza diversos desmontes campo, o qual é dado continuidade com a eleição de Bolsonaro. Assim a pesquisa foi norteadada pela seguinte problemática: Porque e para quê o Estado e os governos de Temer e Bolsonaro aturam na (des)construção de políticas para o campo? Tendo como objetivo analisar quais os marcos centrais de desmontes das políticas públicas e como o uso da máquina do Estado simulou políticas agrárias para intervenção neoliberal no campo.

O presente trabalho foi estruturado a partir de um levantamento bibliográfico sobre a conjuntura agrária do Brasil entre os governos Temer e Bolsonaro, no recorte temporal entre 2016 e 2022. Foram utilizados como ambientes de pesquisa livros e revistas como ANPEGE, Okara e Brasil de Fato. Além da coleta de dados sobre a importância da agricultura familiar, dos movimentos sociais do campo, dos povos tradicionais das águas e das florestas.

Como resultados percebeu-se que a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é um marco inicial de ruptura com as políticas públicas para o campo no governo Temer, como consequência agrava-se, o cenário de violência e carnificina no campo, dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra) revelaram um aumento de 26% em 2016. Já no Governo Bolsonaro, os altos índices de violência foram registrados em 5.725 conflitos, que resultaram em 87 assassinatos no campo do país, nos três primeiros anos de governo.

Sob o enfoque das políticas de acesso à terra, o INCRA registrou um estudo que escancara um gigantesco retrocesso na criação de assentamentos rurais, com pouco mais de 9.000 famílias assentadas em um país de dimensão continental. A intenção dolosa em enfraquecer a agricultura familiar que é responsável por 70% da produção de alimentos



direcionados à mesa dos brasileiros, expressa-se como resultado de gestões que não tinham o mínimo de comprometimento com a população do país.

Portanto, através do apoio massivo da mídia, a ala ruralista representada institucionalmente pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) formulam juntamente com os presidentes citados leis e medidas que busquem enfraquecer a luta pela Reforma Agrária, os movimentos sociais em destaque os do campo, conduzindo-se para a perseguição, o crescimento da violência, a concentração de terras em função do avanço do agronegócio.

METODOLOGIA

Este trabalho foi estruturado em dois eixos de operacionalização, sendo o primeiro um levantamento bibliográfico sobre a conjuntura agrária do Brasil entre os anos de 2016-2022, os quais compreendem os períodos de governança dos presidentes Temer e Bolsonaro. Foram utilizadas pesquisas em livros e revistas como ANPEGE, Okara e Brasil de Fato.

Com o enfoque de analisar o contexto que perpassa o campo brasileiro nesse recorte temporal, foram utilizados autores como: Vieira (2022); Alentejano (2020); Sauer *et. al.* (2020); Alves *et. al.* (2018); Castilho (2018); Mattei (2018); Santana (2018); dentre outros.

Por conseguinte, foi realizado um levantamento de dados relacionados aos impactos dos governos (Temer e Bolsonaro) no campo do país, sendo utilizados como documentos de referência os Cadernos de Conflitos no Campo produzidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antecedentes: O Programa de Aceleração do Crescimento, Golpe e Mídia

O Programa de aceleração do crescimento (PAC) é um marco importante para compreensão e análise desta série histórica aqui tratada, o desenvolvimento promovido pelo programa em setores como os de infraestrutura e de indústrias (Oliveira, 2017), serviu como refúgio para a manutenção da ordem do capital, bem como seu avanço em territórios mais sensíveis, a exemplo do campesinato e de comunidades tradicionais, na Amazônia, região de forte presença das obras do programa, nesse caso, a hidrelétrica de Belo Monte, impondo uma impressão de que o desenvolvimento era necessário, mesmo que isso custasse a continuidade de etnocídios aos povos tradicionais.

A forte propaganda e publicidade do governo nas obras do PAC nas eras Lula e Dilma que antecederam as Gestões Temer e Bolsonaro, investiram maciçamente na propalação, através do

acesso rápido do nome do domínio “gov”, ou *www.gov.br*, permitiu ampla consulta à população ao acompanhamento e discussão sobre a atuação do programa, conduzida ideologicamente, única e exclusivamente pelo Estado (Vicentini, De Albuquerque, 2021).

Os territórios de povos tradicionais que também constituem o campesinato brasileiro, sempre estiveram sensíveis desde os seus primeiros séculos de formação, às custas de extrema violência e barbárie gerada pela colonização, o extermínio como ferramenta de gestão burocrática da vida nunca esteve inerte, pelo contrário, foi a base do desenvolvimento de economias das oligarquias regionais e de Senhores de terras (Milhomens, 2021).

Assim, a mesma lógica de produção do PAC não é tão diferente da que foi imposta na colonização, ao considerar apenas o interesse do grande capital e continuidade de sua perpetuação, as intervenções desenvolvimentistas, endossaram a destruição ao campesinato e nem mesmo com ativismo digital internacional foi suficiente, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi instalada às pressas desconsiderando a vida e a soberania dos povos e populações da região Amazônica (Milhomens, 2021).

A constatação é que a concentração da propriedade da terra no Brasil é atroz, a distribuição e acesso é injusta, desleal, desigual e assassina (Mattei, 2018). O xadrez geopolítico dos atores envolvidos é por um lado, concentrar a Terra para rápida e facilitada expansão do agronegócio, por outro, a intervenção psicológica da Grande Mídia, o uso das redes sociais (disparos em rede) e das empresas de telecomunicações, na consolidação da alienação das massas, a exemplo do popular “Agro é pop, agro é Tech, agro é tudo” (Castilho, 2018).

O grande produto de conquista de uma mídia golpista, também faria jus ao cenário e ambiente político que foi criado para o golpe de Estado em 2016 contra Dilma, seção que merece uma rápida consideração histórica dos fatos sob o enfoque do poder da propaganda, cuja construção de um imaginário foi destacado a todo instante, durante meses, ininterruptamente, a grande mídia se destacou por construir imagens de “líderes éticos” (o mandatário do processo administrativo, presidente da câmara na época), ou o “juiz imparcial, ilibado e prudente” (Lava a jato) (Fernandes, 2019).

A transmissão em rede nacional, não dá atenção nas mesmas proporções aos escândalos de corrupção e processos nos quais, naquele momento, o então deputado responsável pela condução do ato administrativo de Impeachment da presidenta Dilma, mais conhecido como Sr. Eduardo Cunha, estava envolvido e era investigado, além do fato da mesma grande mídia veicular constantemente as “vozes das ruas” e portanto impedir a visibilidade apagando da



memória coletiva os inúmeros grupos da sociedade civil que eram contra o mencionado processo de impedimento (Fernandes, 2019).

Como visto, foi fundamental instigar a população e criar um falso ambiente de “revolução” contra a corrupção numa atmosfera de ameaça “comunista” fundamentada no medo e no pânico, uma isca pra atrair as pessoas para as ruas para uma falsa insurreição, assim foi necessário muita propaganda e uma programação forte para consolidação efetiva da mentalidade reacionária, pois as pessoas vivem marginalizadas e esquecidas pelo Estado e não conseguem compreender exatamente o que sentem, daí o uso das grandes mídias como arma para a manipulação e o controle (Chomsky, 2015).

A gestão Temer e a deflagração do Fascismo⁴

O governo Temer é introduzido por uma crise institucional, como fratura inicial do golpe parlamentar jurídico-midiático, as elites repugnavam Dilma, pois, representava a classe trabalhadora e os grupos mais oprimidos da sociedade (Vieira, 2022).

Após o golpe, grupos mobilizados em torno da União Democrática Ruralista (UDR) seestabeleceram legalmente na ala parlamentar da agropecuária e avançam aparelhando as instituições minando terreno onde destroem os direitos sociais (Castilho, 2018).

Inicia assim, a gestão Temer expandindo a devastação ultraneoliberal sobre os mais variados aspectos das garantias sociais já conquistadas no campo, a primeira delas, através da Medida Provisória (MP) 726/2016 que consegue tornar extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como um ato administrativo de ruptura à lógica de garantia de direitos às organizações sociais e movimentos no campo (Mattei, 2018).

Em mais um dos avanços da agenda Temer, o decreto n° 8.780 e sua promulgação consolidadas em 27 de maio de 2016, consolidam a transferência de poderes do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realocando toda a dinâmica de poderes sobre Reforma Agrária e políticas do campo para a Casa Civil (Mattei, 2018).

Tem-se então, os alicerces de um Estado autoritário, cujo foco é redimensionar a estrutura de produção do espaço agrário brasileiro às intenções dos mercados internacionais, através de projetos de leis, medidas provisórias, criminalização dos movimentos sociais no campo, coerção e uso abusivo da força policial contra indígenas, quilombolas e camponeses,

⁴ Fascismo se dá como um processo de ditadura aberta promovida pelo capitalismo (Thalheimer, 2009).

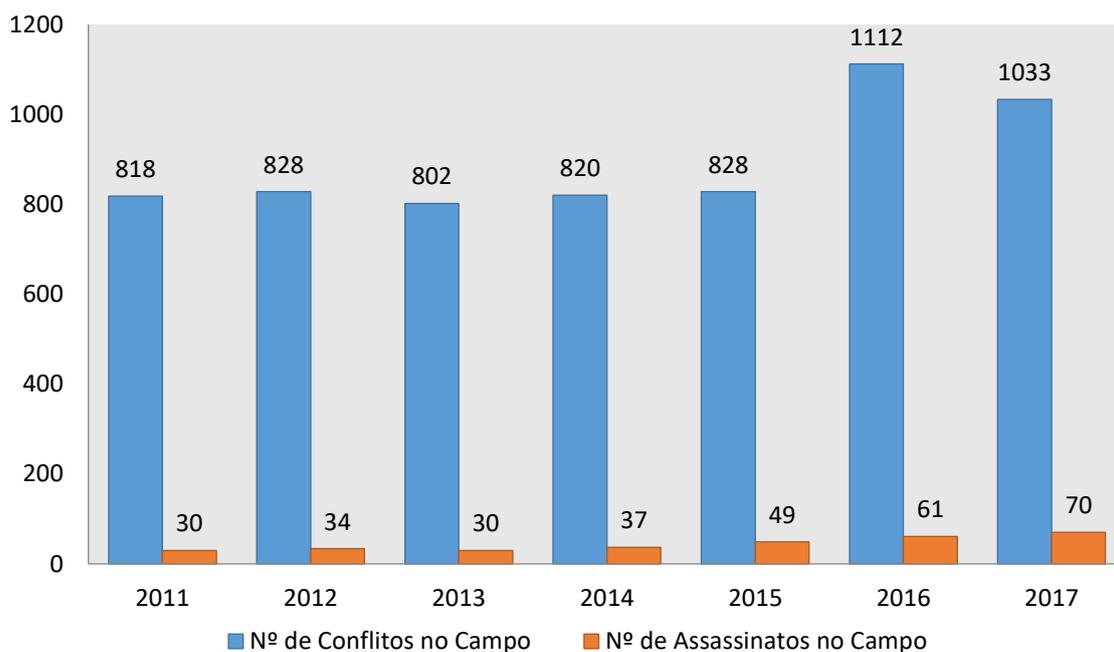


caracterizando um aumento vertiginoso da violência no campo (Gonçalves *et al.*, 2018).

Desse modo, o horizonte observado é a verdadeira face do Fascismo, que surge quando a vida e a natureza perdem a importância e o lucro é a única expressão na construção da sociedade “totalitária”, ao analisar os dados do relatório Global Witness, onde aponta o Brasil com um dos países mais violentos do mundo, percebe-se que o acesso à terra é discutido num cenário de morte, com mais de 400 casos de assassinatos, somente em 2017 (Alves *et al.*, 2018).

O governo Temer gestou a extrema violência no campo, os dados da CPT a partir desse período apontaram um crescimento de 26% em relação ao ano anterior (2015) com mais de 60 assassinatos naquele ano como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Histórico de Conflitos e Assassinatos no Campo do Brasil



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2020

Elaboração: Ferreira, 2023

Isso também se expressa nas novas formas de escravidão contemporânea que se apresentam fortemente na referida gestão, a desistência do governo em investir em políticas de prevenção do trabalho escravo além da não publicação das denúncias com os nomes dos empregadores, na famosa “lista suja” que ficou conhecida em setores da classe patronal, difundidos entre os mais variados setores de produção, com destaque para a mineração e o agronegócio (Santana, 2018).



Agro(negócio) a locomotiva da economia brasileira - Uma análise do governo Bolsonaro

As intenções do Governo Bolsonaro para com as políticas relacionadas ao campo já foram delimitadas antes do seu mandato (2019-2022). Eram nítidas nas suas falas que o seu governo iria utilizar os parâmetros do Estado para benefício da agricultura capitalista e tecer ataques aos movimentos sociais e aos povos tradicionais do campo (Alentejano, 2020).

Após a sua candidatura o ponto de partida para o desmonte das políticas públicas no campo foi à nomeação do presidente da União Democrática Ruralista (UDR) para a Secretaria de Assuntos Fundiários, o ruralista Luiz Antônio Nabhan Garcia, o qual comanda uma das organizações mais violentas no campo brasileiro, atrelada historicamente a ataques contra as ocupações de terras e assassinatos no campo.

A Bancada Ruralista, conhecida institucionalmente como Frente Parlamentar Agropecuário (FPA) aumenta o número de representantes e se fortalece no período de 2019 a 2022, elevando a pressão por construções de políticas públicas que favoreçam os interesses financeiros dos grandes empresários ruralistas do Brasil.

A partir disso, conforme Mitidiero Junior *et. al.*, (2020), inicia-se a criação e aprovação de Projetos de Lei (PL) que vão perpassar caminhos totalmente diferentes dos quais lutam os movimentos sociais do campo, as discussões sobre políticas de Reforma Agrária⁵ são esquecidas e o plano de fortalecimento do agronegócio como locomotiva da economia brasileira se tornam pujantes.

Os dados publicados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) expõem um grande retrocesso em relação à criação de assentamentos, durante os quatro anos do governo Bolsonaro foram assentadas apenas 9.228 famílias, um saldo negativo comparado com os governos petistas de Lula e Dilma (2003 a 2016) que assentaram cerca de 747.777 famílias e os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) que assentou em média 500.000 mil famílias como apresenta o quadro a seguir (Brasil de Fato, 2022).

⁵ “... é um processo através do qual ocorre a democratização da distribuição da terra numa sociedade, com a transferência de terras até então sob o controle do latifúndio para trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (ALENTEJANO, 2022, p. 02).



Quadro I- Comparativo de Número de Assentamentos Constituídos entre os governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma e Bolsonaro

Governo(s)	Período	Nº de Assentados
Fernando Henrique Cardoso	1995 - 2002	500.000
Lula e Dilma	2003 - 2016	747.777
Bolsonaro	2018 - 2022	9.228

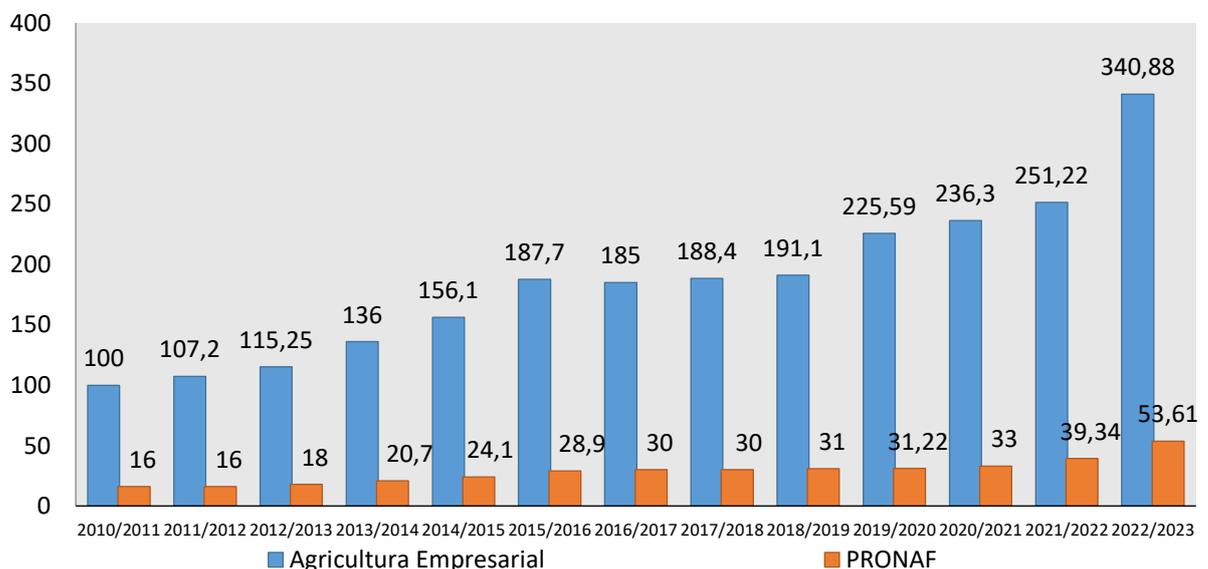
Fonte: Brasil de Fato, 2022

Elaboração: Ferreira, 2023

Vale ressaltar como discorre Alentejano (2022), que Bolsonaro cumpre a sua promessa de campanha de não desapropriar nenhum hectare para reforma agrária, pois, grande maioria das famílias assentadas no período do seu governo já vinha recorrendo a processos de desapropriação desde a década de 2010.

Os fomentos para o agronegócio também se elevam no governo Bolsonaro como nos apresenta o gráfico a seguir, por meio dos Planos Safra² o governo se utilizava da verba pública e dos financiamentos bancários para escoar maiores recursos para a agricultura capitalista. Com o discurso de produtividade e de uma “hegemonia no campo”, onde na análise do mesmo e toda a sua ala existe apenas o modelo capitalista de agricultura (Sauer, Leite e Tubino, 2020).

Gráfico 02- Plano Safra: Comparativa Agricultura Empresarial e Agricultura Familiar (PRONAF) 2022/2023





Fonte: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, 2023

Elaboração: Ferreira, 2023

Analisando o gráfico 02 nota-se que o intuito do referido governo era fornecer subsídios para que o agronegócio continuasse a se expandir, se utilizando do discurso de que a agricultura capitalista é responsável por garantir a produção para suprir as necessidades alimentares da população.

Em contrapartida, a agricultura familiar e o campesinato responsáveis por produzir os alimentos que chegam à mesa da população sofrem um acelerado processo de expulsão do campo, o qual acarreta a diminuição dos alimentos de base. Como discorre Conceição (2013), o avanço desenfreado do agronegócio confronta a resistência e permanência dos camponeses e agricultores familiares, os que permanecem são obrigados a se submeterem a expansão do agronegócio, ou perderem suas terras e serem expropriados do campo.

Essas e tantas outras medidas que favorecem o agronegócio, perseguem os povos tradicionais do campo e acabam gerando conflitos e violência. De acordo com a CPT (2023) nos anos (2019, 2020, 2021 e 2022) do governo Bolsonaro foram ocasionados 7.743 conflitos, que resultaram em 134 assassinatos no campo do país como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 03 – Histórico de Conflitos e Assassinatos no Campo do Brasil



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2023



Elaboração: Ferreira, 2023

Conforme o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (2021), o principal causador de conflitos no campo do país no ano de 2020 foi o Governo Federal, 33% das ações ostensivas contra os povos tradicionais do campo foram ocasionadas pelo governo de Jair Bolsonaro no referido ano, seguido dos fazendeiros, representando 23%, empresários 13% e grileiros 10%. Deste modo, pode-se perceber que Bolsonaro deu continuidade e aprofundou os desmontes que o governo Temer já vinha realizando, com sua agenda neoliberal de extrema direita o mesmo foi inflexível e radical, deixando rastros irreparáveis no campo do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do apoio massivo da mídia golpista, de grupos empresariais patronais, construiu-se um caminho da morte, pois o Estado foi utilizado como máquina de destruição. As elites patronais ruralistas, conseguem impor o enfraquecimento dos movimentos sociais, apagam do debate público os diálogos sobre a Reforma Agrária, aumenta-se e naturaliza-se a violência, a concentração de terras e o avanço do território do agronegócio (Castilho, 2018).

A importância da reconstrução das políticas públicas a partir de gestões conscientes com participação e envolvimento popular, contemplando o retorno do debate institucional sobre Reforma Agrária, que se perdeu nos governos passados. Ressalta-se que o governo Lula (2022-2026) terá um grande desafio como parte orgânica de um Estado burguês, reconquistar espaço para reconstruir políticas públicas que foram destruídas num cenário do retorno da fome, resultado da destruição do campo como vitória de Temer e Bolsonaro.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020.

ALVES, V. E. L.; NÓBREGA, M. L. C.; KLUCK, E. G. J. O avanço da violência contra as comunidades agroextrativistas camponesas no espaço regional do Matopiba e Pré-Amazônia. **Revista OKARA: Geografia em debate**, 12, n. 2, p. 549-576, 2018.

BRASIL DE FATO. Entenda por que a propaganda de distribuição de títulos de terra de Bolsonaro é fake. Brasil, 2022.

BRASIL. **Plano Safra 2021/2022**. Brasília: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2021.



CASTILHO, A. L. A serpente fora do ovo: a frente do agronegócio e o supremacismo ruralista. **Revista OKARA: Geografia em debate**, 12, n. 2, p. 699-707, 2018.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. WWF Martins Fontes, 2015.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Revista de Geografia Meridiano**, n. 2, p. 81-104, 2013.

CPT. **Conflitos no Campo: Brasil 2021**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia; CPT Nacional, 2023.

DELGADO, Guilherme Costa. **O que significa agronegócio no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006.

DE OLIVEIRA VICENTINI, Juliana; DE ALBUQUERQUE, Carolina. **O Discurso Desenvolvimentista sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Contexto do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC)**. **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 54, p. 28-47, 2021.

FERREIRA, J. S.; SOUSA, R. Á. D. . AGRONEGÓCIO E RIQUEZA NO CAMPO: o desvelar da realidade. **In: Questão Agrária, Desigualdades Socioespaciais e Educacionais**. Raimunda Aurea Dias de Sousa (Org.). 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2022, v. 2, p. 57-82.

GONÇALVES, R.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. Neoextrativismo Liberal-Conservador: a política mineral e a questão agrária no governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, 12, n. 2, p. 348-395, 2018.

GUILHERME, Cássio Augusto. DE DILMA A TEMER: da crise do lulismo ao golpe do pemedebismo. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História. Contra os preconceitos: história e democracia**, 2017.

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **OKARA: Geografia em debate**, 12, n. 2, p. 293-307, 2018.

MILHOMENS, Lucas. Movimentos sociais e redes de mobilização na Amazônia: o caso da Hidrelétrica de Belo Monte. **Entropia**, v. 5, n. 10, p. 174-187, 2021.

MST. **07 pontos sobre a agricultura familiar e o MST**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Brasil, 2021.

OLIVEIRA, Micael Rodrigues de. Uma investigação dos impactos do PAC no setor energético industrial brasileiro entre 2007 e 2016. 2017.

SANTANA, A. A. Legitimar a escravidão no Brasil? As políticas do governo de Michel Temer para o trabalho escravo contemporâneo. **Revista OKARA: Geografia em Debate**, 12, 2018.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acacio Zuniga; TUBINO, Nilton Luís Godoy. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 285-318, 2020.



XV
ENAN
PEGE

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEOGRAFIA



THALHEIMER, August. **Sobre o Fascismo**. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer. 2009.

VIEIRA, L. C. **Mulheres no poder: a dimensão machista na trama do golpe contra Dilma Rousseff**. 2022.

